

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE 56.315 DEBÊNTURES SIMPLES DA METALTRUST S.A.

Pelo presente instrumento particular,

METALTRUST S.A., doravante designada simplesmente EMISSORA, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile n.º 230 - 9º andar (parte), inscrita no CGC/MF sob o n.º 02.312.699/0001-50, neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., doravante designada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro Av. das Américas, n.º 1155, conjunto 1301, inscrita no CGC/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social,

representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures emitidas nos termos desta escritura de emissão ("Escritura de Emissão"), resolvem firmar o presente instrumento fixando os termos e condições que regerão a emissão pública de 56.315 (cinquenta e seis mil trezentas e quinze) debêntures simples e subordinadas da EMISSORA, em 7 (sete) séries.

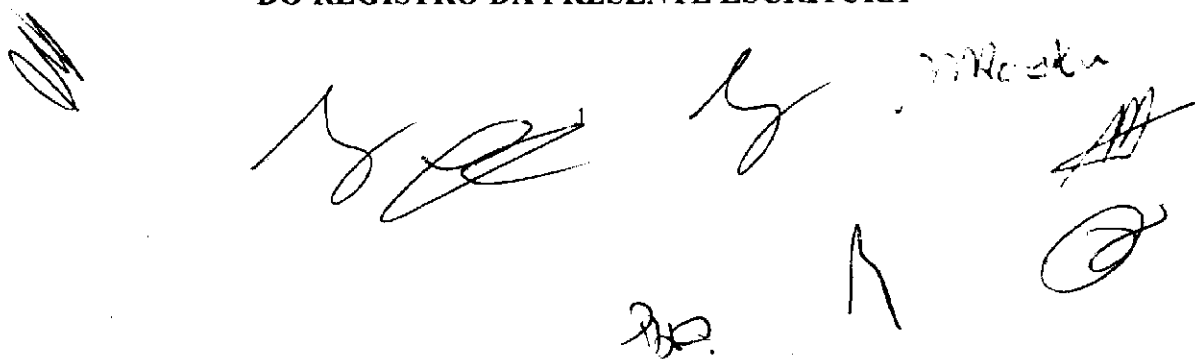
I DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA, realizada em 06 de abril de 1998, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada nos jornais "Diário Oficial" do Estado do Rio de Janeiro e "Monitor Mercantil".

II DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão das debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis n.ºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

III DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

The bottom of the document features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'M. Costa'. In the center, there is a large, stylized signature. To the right of this, there is a signature that looks like 'R. Costa'. Further right, there is a signature that appears to be 'A. Costa'. At the bottom center, there is a signature that looks like 'M. Costa'. On the bottom right, there is a signature that looks like 'A. Costa' and another that looks like 'R. Costa'.

A presente Escritura de emissão será registrada no competente registro de imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Registro de Imóveis").

IV DA FINALIDADE

As quantias provenientes da presente emissão de debêntures serão utilizadas pela EMISSORA única e exclusivamente no pagamento da contraprestação devida à Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA nos termos do "Instrumento Particular de Compra e Venda a Termo de Notas Promissórias" celebrado em 24 de abril de 1998 entre a EMISSORA, a Cia. Aços Especiais Itabira - ACESITA e o BANCO ITAÚ S.A., cujos termos o AGENTE FIDUCIÁRIO neste ato declara conhecer, tendo por objeto a aquisição, pela EMISSORA, de 7 (sete) notas promissórias de emissão da Villares Metals S.A. e fiança da Aços Villares S.A., todas emitidas e fiançadas de acordo com o previsto no "Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originária de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996" celebrado em 01 de novembro de 1997 entre Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA, Villares Metals S.A. e Aços Villares S.A., juntamente com todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas, principais ou acessórios, assegurados ao proprietário destes títulos por força dos respectivos Instrumentos e dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. Este instrumento passa a fazer parte integrante desta Escritura de Emissão como Anexo I.

As debêntures serão honradas pela Emissora única e exclusivamente com recursos obtidos através dos pagamentos da Notas Promissórias oriundas do "Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originária de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996", citado anteriormente.

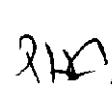
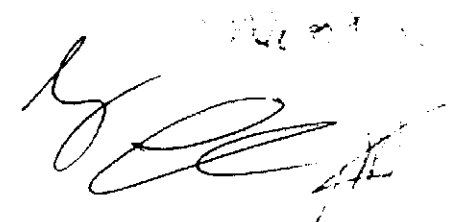
V DA EMISSÃO

A emissão das debêntures observará as seguintes características e condições:

1. **VALOR DA EMISSÃO:** O valor nominal da presente emissão é de R\$ 56.315.000,00 (cinquenta e seis milhões trezentos e quinze mil reais).
2. **DIVISÃO EM SÉRIES:** As debêntures se dividem em 7 (sete) séries, designadas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª séries, a cada uma das quais corresponde a quantidade de debêntures indicada no quadro abaixo, que consigna também o valor global de cada série:



2



| SÉRIES | QUANTIDADE DE DEBÊNTURES | VALOR GLOBAL DE CADA SÉRIE NA DATA DE EMISSÃO (em reais) |
|--------------|--------------------------|--|
| 1ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 2ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 3ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 4ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 5ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 6ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| 7ª | 8.045 | 8.045.000,00 |
| TOTAL | 56.315 | 56.315.000,00 |

3. **DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, inclusive para a contagem de encargos financeiros, a data de emissão das debêntures é o dia 5 de março de 1998.
4. **ESPÉCIE E FORMA:** As debêntures serão simples, da espécie subordinada, emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados.
5. **AMORTIZAÇÕES E DATAS DE VENCIMENTO:** As debêntures da presente emissão não serão amortizadas, e terão suas datas de vencimento conforme o quadro abaixo:

| SÉRIES | DATA DE VENCIMENTO DAS NOTAS | DATA DE VENCIMENTO DAS DEBÊNTURES |
|--------|------------------------------|-----------------------------------|
| 1ª | 01/11/1999 | 05/11/1999 |
| 2ª | 01/05/2000 | 05/05/2000 |
| 3ª | 01/11/2000 | 05/11/2000 |
| 4ª | 01/05/2001 | 05/05/2001 |
| 5ª | 01/11/2001 | 05/11/2001 |
| 6ª | 01/05/2002 | 05/05/2002 |
| 7ª | 01/11/2002 | 05/11/2002 |

6. **VALOR NOMINAL:** Cada debênture terá o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na data de emissão, ou seja, 5 de março de 1998.
7. **TIPO:** As debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio sobre o seu Valor Nominal.

8. **MODO DE COLOCAÇÃO:** As debêntures serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado, de acordo com o disposto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30 de setembro de 1980, contemplando atendimento prioritário aos clientes da instituição coordenadora da distribuição pública.
9. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** O Valor Nominal das debêntures desta emissão, será atualizado a partir da data de emissão, ou seja, 5 de março de 1998, de acordo com a variação acumulada do IGP-DI, Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Na hipótese do IGP-DI deixar de ser apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, será ele substituído, pelo mesmo índice que vier a ser acordado para o "Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originária de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996" celebrado em 01 de Novembro de 1997, mencionado na Cláusula IV da presente Escritura.

Na hipótese de não estar disponível o IGP-DI do mês em que houver alguma obrigação pecuniária, será utilizado o último IGP-DI disponível.

10. **JUROS:** Às debêntures serão conferidos juros remuneratórios a taxa de 12% (doze por cento) ao ano, base 365 dias, que serão sempre calculados exponencialmente, por dias decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal atualizado, a partir da data de emissão das debêntures.

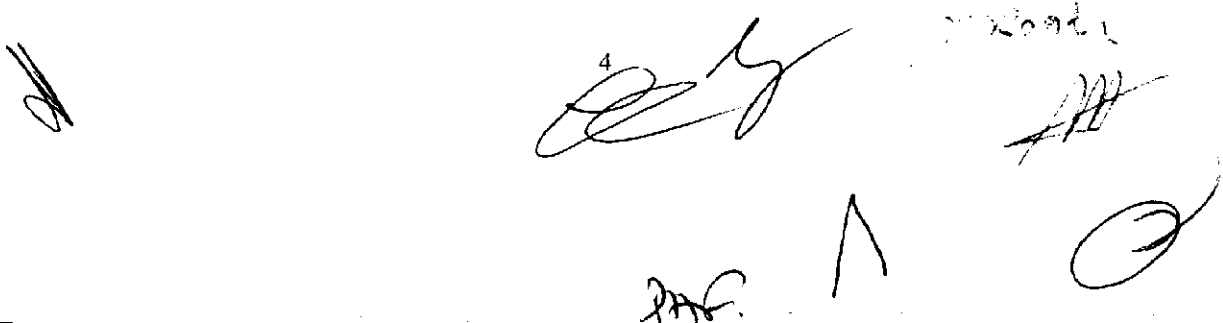
O valor das debêntures, compreendendo principal e juros, será pago nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, se o debenturista não estiver vinculado a esse sistema, ou em instituições financeiras que, com a aprovação prévia do AGENTE FIDUCIÁRIO, vierem a ser oportunamente indicadas pela EMISSORA.

11. **PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:** As debêntures serão integralizadas à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Atualizado das debêntures, acrescido de juros remuneratórios, calculados desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

11.1. A apuração do valor nominal atualizado, em data de subscrição, que não corresponda ao dia 05 de cada mês, será efetuada mediante a utilização da variação pro-rata-temporis por dias decorridos do último IGP-DI divulgado.

12. **NEGOCIAÇÃO:** As debêntures deverão ser negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

13. **PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA:** Caso, na data do respectivo vencimento, não haja expediente comercial ou bancário no local em que deva ser liquidada qualquer

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a signature that appears to be 'JF'. In the center, there is a large, stylized signature with a small '4' written above it. To the right of this, there is another signature. Below the central signature, there are more initials, including 'JAF' and a large 'A'. On the far right, there is a circular stamp or signature.


obrigação da EMISSORA, o prazo de vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

14. ATRASO JUSTIFICADO - PRORROGAÇÃO DE VENCIMENTO:

- 14.1** Caso a EMISSORA deixe de pagar, no respectivo vencimento, os valores devidos às debêntures de sua emissão e o inadimplemento ocorrer em virtude de atraso no recebimento, por ela EMISSORA, de nota(s) promissória(s) que lhe tenha(m) sido vendida(s) nos termos do "Instrumento Particular de Compra e Venda a Termo de Notas Promissórias", referido na cláusula quarta supra, a debênture cuja nota promissória respectiva esteja inadimplente, terá o seu vencimento prorrogado de pleno direito até a data em que seja(m) liquidado(s) o(s) título(s) adquirido, obrigando-se o titular da debênture cujo vencimento tenha sido assim prorrogado a aguardar o prazo de 15 (quinze) dias da data do evento de pagamento das debêntures para exercer o seu direito de fazer com que se cumpra o subitem 14.3 abaixo. A EMISSORA prestará ao AGENTE FIDUCIÁRIO todas as informações relativas aos procedimentos que estiver adotando para cobrar os títulos adquiridos que não tenham sido liquidados no vencimento.
- 14.2** O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar uma assembléia dos debenturistas (i) para comunicar a ocorrência do evento e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários; e (ii) para que seja proposto e aprovado pelos titulares da maioria de todas as Debêntures em circulação da série vinculada à nota que não tiver sido paga, um plano de ação a ser executado pela EMISSORA e monitorado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, que poderá incluir, entre outras medidas, (a) a cobrança judicial ou extrajudicial de quaisquer dos créditos devidos à EMISSORA; (b) a venda de quaisquer das Notas Promissórias e/ou (c) o aguardo do regular pagamento das Notas Promissórias vincendas e dos demais créditos de titularidade da EMISSORA.
- 14.3** Ocorrendo o Inadimplemento Justificado, e após transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias citado no item 14.1, a EMISSORA obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a promover procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais de cobrança das Notas Promissórias por ela detidas, bem como de quaisquer outros valores que, por força do disposto no "Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originária de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996", celebrado em 01 de novembro de 1997, sejam devidos à EMISSORA. A execução de quaisquer procedimentos visando o recebimento de créditos detidos pela EMISSORA ou a liquidação dos ativos da EMISSORA depende de prévia e expressa aprovação dos titulares da maioria das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

Quaisquer valores recebidos pela EMISSORA referentes as Notas Promissórias, em decorrência do "Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originário de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996"

5



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature with the number '5' above it in the center, and several other initials and signatures on the right.

celebrado em 01 de novembro de 1997, serão revertidos em favor dos debenturistas na proporção das debêntures que detiverem.

15. ATRASO INJUSTIFICADO: Ocorrendo atraso injustificado na liquidação de qualquer debênture, a EMISSORA estará obrigada a pagar, entre a data do vencimento e a do respectivo pagamento, juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, sem prejuízo da declaração de vencimento antecipado de que trata o item 16 desta cláusula.

16. VENCIMENTO ANTECIPADO: A ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos (cada evento doravante denominado "Evento de Inadimplemento") caracteriza o inadimplemento da EMISSORA:

- (i) a falta de pagamento, sem justificativa, de quaisquer valores de principal, juros e/ou outros encargos referentes às debêntures, em suas respectivas datas de vencimento, conforme determinado nesta Escritura de Emissão, desde que este evento de inadimplemento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da EMISSORA, de um aviso escrito, enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (ii) impetração de concordata preventiva, pedido de auto-falência ou decretação de falência da EMISSORA;
- (iii) declaração judicial ou administrativa de dissolução da EMISSORA, caso tais procedimentos não venham a ser interrompidos ou suspensos dentro de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que iniciados;
- (iv) caso a EMISSORA descumpra qualquer disposição prevista em seu estatuto social, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (v) descumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou em quaisquer instrumentos a ela relacionados, ainda que tal descumprimento não esteja expressamente definido como "Evento de Inadimplemento", instrumentos estes que se constituem em anexos desta Escritura, dela fazendo parte para todos os fins de direito, a saber: (a) contrato de compra a termo celebrado entre a EMISSORA e a Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA; e (b) Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Confissão de Dívida Originária de Mútuo Celebrado em 10 de Junho de 1996.
- (vi) não adoção, pela EMISSORA, de qualquer ato ou medida, de qualquer natureza, necessário a que a EMISSORA cumpra pontualmente todas as suas obrigações relacionadas nesta Escritura de Emissão.

16.1. Caracterizado qualquer Evento de Inadimplemento, o AGENTE FIDUCIÁRIO, por decisão própria ou atendendo a solicitação formulada pelos debenturistas, poderá considerar antecipadamente vencidas todas as debêntures em circulação e exigir o pagamento do Valor Nominal Atualizado das debêntures, acrescido de juros remuneratórios e, ainda, de juros de mora de 12% ao ano, contados "pro rata temporis" até a data do respectivo pagamento. A solicitação dos debenturistas acima referida deverá ser deliberada em assembléia especial convocada e realizada nos termos desta Escritura de Emissão e dependerá da aprovação de

titulares de debêntures que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação da série inadimplida.

17. AQUISIÇÃO FACULTATIVA: A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, de qualquer das séries, cujas notas tenham sido vencidas e pagas, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento, deverão ser canceladas.

17.1. Resgate Antecipado Facultativo - O Conselho de Administração da EMISSORA poderá, a qualquer tempo, deliberar sobre a aquisição total ou parcial, neste caso mediante sorteio, das debêntures em circulação, para definitivo cancelamento, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios.

18. DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS:

18.1. Os titulares das debêntures de cada série se reunirão em assembléia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

18.2. A assembléia pode ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela CVM e por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação da referida série.

18.3. A assembléia geral se instalará com o quorum previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76.

18.4. A presidência da assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente do Conselho de Administração da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM.

18.5. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá às assembléias dos debenturistas, prestando-lhes as informações que forem solicitadas.

18.6. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

18.7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente emissão dependerão de aprovação conjunta de debenturistas titulares de debêntures das 07 (sete) séries, com o quorum previsto nos itens 18.10 e 18.11, exceto se a modificação se referir a matéria específica de uma determinada série.

18.8. Para efeito de constituição do quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures em circulação as eventualmente pertencentes à EMISSORA, à Acesita, à Villares Metals, à Aços Villares ou empresas coligadas, controladas e controladoras.

- 18.9. Nos 8 (oito) dias que antecederem a realização de qualquer assembléia geral, ordinária ou extraordinária, dos acionistas da EMISSORA, cujas deliberações sejam sujeitas a aprovação dos acionistas preferenciais, o Agente Fiduciário convocará assembléia conjunta dos debenturistas de todas as séries para que estes, observado o quorum indicado no item 18.10. abaixo, decidam sobre os termos do voto a ser proferido, na assembléia geral da EMISSORA.
- 18.10. As matérias a serem submetidas à apreciação dos debenturistas, reunidos em assembléia especial, devem ser aprovadas pelos votos favoráveis daqueles que representem, no mínimo, 51 % (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação, salvo naquelas situações indicadas no item 18.11. abaixo, em que as matérias ali relacionadas só podem ser deliberadas se forem proferidos votos favoráveis de debenturistas que representem, no mínimo, 100 % (cem por cento) das debêntures em circulação, excetuando-se ainda o vencimento antecipado das séries de debêntures, quando o quorum será de 51% (cinquenta e um por cento) das debêntures de cada uma das séries independentemente.
- 18.11. As matérias que exigem aprovação pelo quorum mínimo de 100 % (cem por cento) das debêntures em circulação no mercado são as seguintes: (a) alteração nas datas de vencimento das debêntures, (b) alteração das condições estabelecidas para a atualização valor nominal das debêntures, (c) redução dos critérios de apuração e cálculo dos juros remuneratórios e dos juros moratórios das debêntures, (d) redução e/ou limitação, de qualquer natureza, do direito assegurado aos debenturistas de executar a EMISSORA objetivando receber seus créditos de principal, juros e outros encargos relativos às debêntures, (e) alterar quaisquer das cláusulas e provisões, constantes nesta Escritura de Emissão, que assegurem aos debenturistas o poder de interferir na condução dos negócios da EMISSORA, e (f) alterar qualquer quorum de instalação e deliberação previstos nesta Escritura de Emissão.
19. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
20. **PUBLICIDADE:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

Handwritten signatures and initials:
A large signature on the left, a signature in the middle, and initials "MBC" on the right.

VI DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

A EMISSORA declara e garante, sem qualquer ressalva ou restrição, sob as penas da lei, que:

- (i) é uma sociedade devidamente constituída e com existência válida, de acordo com as leis vigentes no Brasil, e que obteve todas as autorizações societárias necessárias para celebrar os negócios objeto deste instrumento e emitir as debêntures;
- (ii) os seus signatários nesta Escritura de Emissão e em todos os documentos a ela anexos estão devidamente autorizados a representá-la;

VII DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se a: (a) manter atualizado o registro necessário junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários; (b) manter auditoria externa independente enquanto as debêntures não tiverem sido resgatadas; (c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação dos seguintes documentos: (c.1.) balanço patrimonial; (c.2.) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; (c.3.) demonstração do resultado do exercício; (c.4.) demonstração das origens e aplicações de recursos; (c.5.) certificado de auditoria externa, quando se tratar de balanço do exercício; (d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício; (e) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, (e1) no dia que se seguir ao respectivo vencimento, relatório de cobrança de cada nota promissória referida na cláusula quatro desta Escritura de Emissão; (e.2.) dentro de igual prazo, após o término de cada semestre, cópias de suas demonstrações financeiras referentes a esse período, (e.3.) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA ou aos seus administradores e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA; (f) enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria tão logo esses documentos tenham sido produzidos; (g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em um prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, cópia de qualquer outro documento ou informação que possa ser relevante para a defesa dos debenturistas, podendo o referido prazo ser prorrogado, por igual período, se a EMISSORA demonstrar ser impossível atendê-lo; (h) apresentar ao AGENTE FIDUCIÁRIO os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas.

VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, intervém na presente Escritura de Emissão para declarar que aceita a nomeação e que, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representará a comunhão dos titulares de debêntures perante a EMISSORA.

IX REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, da Escritura de Emissão, do Estatuto da EMISSORA e do Acordo de Acionistas, bem como a título dos serviços de assessoria à equipe da EMISSORA na administração e na cobrança dos seus ativos, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas semestrais de R\$ 16.957,50 (dezesseis mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), devidas a primeira no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da assinatura da Escritura de Emissão; Será concedido um desconto não cumulativo de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) nas parcelas semestrais caso as Notas Promissórias sejam pagas sem atraso, incidentes a partir da primeira parcela semestral após o pagamento da 1ª Nota Promissória.
- b) Parcelas de R\$ 3.391,50 (três mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) para: (i) cada AGD ou reunião formal de debenturistas, ou (ii) para cada reunião com a EMISSORA que seja por ela solicitada, devida na data da realização da AGE ou reunião, acrescida do valor de R\$ 113,05 (cento e treze reais e cinco centavos) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, até que seja registrado o aditamento à Escritura de Emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso.
- c) Parcelas de R\$ 2.261,00 (dois mil duzentos e sessenta e um reais) por relatório adicional ao anual, se houver, devido 02 dias após sua elaboração.
- d) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador se houver)
- e) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a ser substituí-lo, a partir de 01.03.98 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário.
- f) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO,

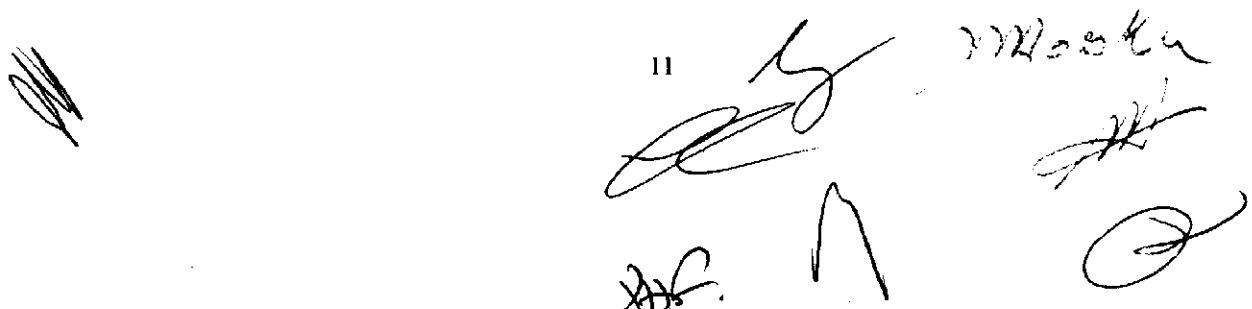
durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

- g) O AGENTE FIDUCIÁRIO não terá prepostos como membros de órgãos da Administração da Companhia.
- h) O AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA, ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões.
- i) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer inadimplente com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.
- j) A administração da EMISSORA será terceirizada
- k) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10% e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura de Emissão.
- l) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

IX DA SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no

11



mínimo, 50% (cinquenta por cento) das debêntures em circulação; b) ato da CVM. Na hipótese de o AGENTE FIDUCIÁRIO, por motivo superveniente a esta escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, ele deverá comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento. Em caso de substituição, a qualquer título e/ou por qualquer motivo, do AGENTE FIDUCIÁRIO, todas as ações, de emissão da EMISSORA, de propriedade do mesmo AGENTE FIDUCIÁRIO, deverão ser imediatamente transferidas a quem vier a substituí-lo como novo AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas que, concomitantemente à citada transferência de ações, deverá manifestar expressa adesão às regras do acordo de acionistas da EMISSORA que também se constitui em anexo desta Escritura de Emissão.

X DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, constituem deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO: 1 - proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 2 - praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; 3 - elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; 4 - notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas no presente instrumento e 5 - como titular de ações de emissão da EMISSORA, comparecer às assembléias gerais daquela companhia para, ouvidos previamente (nos termos acima indicados) os titulares das debêntures objeto desta emissão, votar nas deliberações que, na conformidade do estatuto da EMISSORA, dependam da aprovação da maioria dos titulares de ações; 6 - requerer ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembléia Geral, indicada a matéria a ser tratada, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração convocar a assembléia no prazo de até 8 (oito) dias do recebimento da respectiva solicitação. O anúncio de que o inteiro teor do relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO, previsto no item 3 desta cláusula estará à disposição dos debenturistas no escritório do AGENTE FIDUCIÁRIO, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 1155, conjunto 1301. A notificação a que se refere o item 4 acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por carta protocolada, a ser dirigida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO a cada um dos debenturistas, e discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

XI DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento injustificado da EMISSORA: 1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessórios; 2. requerer a falência da EMISSORA; 3. representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da EMISSORA; 4. tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas e 5. outras providências previstas na presente escritura.

XII DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Correrão por conta da EMISSORA as despesas com publicações que, por força de lei, o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha que proceder, obrigando-se a EMISSORA a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários para a efetivação de tais publicações. A EMISSORA ressarcirá também o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, imediatamente, quando da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

XIII DA RENÚNCIA

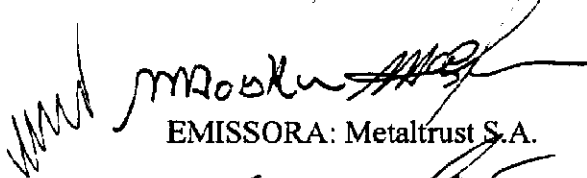
Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, eventual atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou medida, judicial ou extrajudicial, que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA não prejudicará tais direitos, faculdades ou medidas, não será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**XIV
DO FORO**

As Partes elegem, como competente para dirimir qualquer controvérsia oriunda desta Escritura de Emissão, o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que possa ser.

Assinam a presente escritura, para que possa gerar seus regulares efeitos,
a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO.


Rio de Janeiro, 06 de abril de 1998.

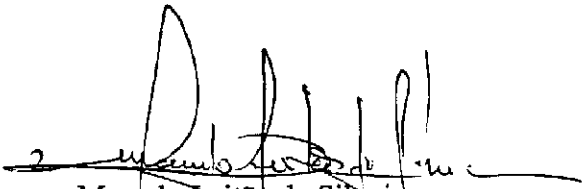

EMISSION: Metaltrust S.A.


AGENTE FIDUCIÁRIO: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Testemunhas:

1.


Atila Noaldo Serejo Alves Silva
Identidade: 05518671-2 IFP
CIC nº: 707828227-20


Marcelo Leitão da Silveira
Identidade: 08555585-2 IFP
CIC nº: 021590957-70

